

OS INDUSTRIAIS E AUTOCRACIA FABRIL NA REPÚBLICA VELHA

João Miguel Teixeira de Godoy.¹

Faculdade de História da PUC-Campinas.

Resumo: O artigo analisa as relações de trabalho nas fábricas paulistas no início do séc XX, procurando identificar os elementos e mecanismos de um certo padrão de uso e controle da força de trabalho.

Palavras-chave: São Paulo; industrialização; espaço fabril

INDUSTRIAL AND FACTORY AUTOCRACY IN OLD REPUBLIC

Abstract: The article at the beginning analyzes the relation of work in the São Paulo plants of séc XX, looking for to identify to the elements and mechanisms of a certain standard of use and control of the work force.

Keywords: São Paulo; industrialization; space manufacturer

Embora não exista no Brasil uma separação cronológica rígida entre as iniciativas dos industriais voltadas para a estruturação do controle empresarial dentro das empresas e suas primeiras tentativas exitosas de atuação no âmbito do estado e das lutas políticas, visando implantar reformas na sociedade, tradicionalmente a historiografia propôs uma abordagem do problema em que o primeiro movimento concentra-se no período que se convencionou chamar de Primeira República; e o segundo na chamada Era Vargas. Esta separação, entretanto, não deve levar-nos a ignorar a presença política desses setores nos quadros da república oligárquica (tema do presente artigo). Tampouco pode omitir as iniciativas de remodelação “científicas” dos locais de trabalho a partir dos anos de 1930, elemento fundamental para compreendermos a lógica das reformas pretendidas. Trata-se, pode-se argumentar, de um problema de ênfase, mas que tem induzido uma visão da atuação empresarial no Brasil relativamente simplificada. Numa próxima oportunidade, discutiremos a presença dos empresários na política a partir dos anos de 1930. Aqui tentaremos levantar algumas questões sobre sua atuação nos quadros da ordem oligárquica.

¹

Professor pesquisador da Faculdade de História da PUC-Campinas.

Devemos esclarecer, entretanto, que nossa problemática de fundo situa-se no terreno da história política. Nossa intenção maior é contribuir, ainda que de maneira muito enviesada, para o debate a respeito das bases do autoritarismo no Brasil. Não se trata obviamente de identificar e envolver numa análise de conjunto todas as fontes e afluentes de uma realidade sempre muito complexa. Propomo-nos analisar um problema de ordem política a partir da eleição de um tema situado no terreno da história econômica, ou seja, a organização do trabalho no universo fabril. A inspiração principal aqui é um texto de Gramsci,² onde se busca as articulações entre os mecanismos de uso e controle da força de trabalho dentro do espaço fabril e as formas gerais de estruturação da ordem política numa dada sociedade. A escolha da fábrica como “posto de observação” pode trazer alguma contribuição para o debate. É específico da ordem capitalista o papel de força de coesão e amarração da estrutura social desempenhada pela esfera econômica. No interior da economia capitalista, a organização da produção fabril decorre das necessidades inerentes do lucro e da acumulação privada, mobilizando para isso elementos decorrentes das relações de mercado, que aparentam oportunidade, mas revelam-se impositivas.³ A medida que se transita do individualismo econômico para uma economia industrial programática novas formas de inserção da fábrica e determinação do econômico sobre o conjunto da sociedade se colocam. O perigo maior dessa opção de análise é o determinismo econômico, perigo esse que não deve servir de pretexto para ignorarmos a idéia de determinação.

Nossa hipótese é a de que dada as especificidades das tradições de controle privado nas empresas brasileiras, advindas, entre outras coisas, das relações senhoriais forjadas no trato com o elemento escravo, e as novas exigências de uma economia industrial a partir dos anos 30, criaram-se, por um lado, as condições necessárias de projeção e extensão de posturas autocráticas num momento posterior do processo de industrialização, redefinindo as posturas e procedimentos típicos que marcaram a chamada Revolução Organizacional. Trata-se de um novo padrão das relações industriais que definiu a organização empresarial no centro dinâmico da economia mundial a partir dos anos de 1920 e 1930, sobretudo, a partir das inovações propugnadas pelo taylorismo e fordismo. Por outro lado, dadas as condições em que ocorreu o processo de industrialização brasileiro, ou seja, que emerge como extensão do capital agrário no nível interno, e que é complemento do capital monopolista externo, pode-se vislumbrar os elementos que permitiram a passagem, sem solução de continuidade, entre o

² GRAMSCI, Antonio. “Americanismo e fordismo”. In: Maquiavel, apolítica e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 375-414.

³ Ver principalmente WOOD, Ellen M. *Origens do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

poder empresarial de dentro da fábrica para o espaço da política e da sociedade. Nosso problema, portanto, é definirmos as características desse autocratismo privado, no modo específico como desenvolveu-se no Brasil, especificamente a partir de São Paulo.

Na virada do século, o jornalista Antonio Francisco Bandeira Jr. elaborou e publicou um balanço das iniciativas industriais que haviam sobrevivido ao século que terminara: *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901(1901)*. Dado a carência de levantamentos estatísticos, o estudo e a apresentação do autor eximem-se de uma abordagem quantitativamente exaustiva a respeito do número de empresas, capital empregado, número de empregados, etc.⁴ O resultado, entretanto, apresentava-se aquém do otimismo e do tom muitas vezes exaltado adotado pelo autor: "*O acervo que no ramo industrial, ao Estado de S. Paulo legará ao século presente, é de tal valor sob todos os pontos de vista, que não errará quem lhe antever o mais brilhante futuro*", que finalizava afirmando: "*Em alguns pontos, contivemos a admiração para que não nos acusassem de exagerado, entusiasta ou lisongeiro*".⁵

Dos 145 estabelecimentos mencionados, de vários ramos da indústria, principalmente dos bens de consumo popular, apenas no ramo têxtil encontramos fábricas no sentido estrito do termo, sendo que no restante dos ramos, como de móveis, vestuário, alimentação, entre outros, predominavam pequenas e médias manufaturas, com números limitados de funcionários e processos artesanais e semi-artesanais de produção.

Optando por uma abordagem qualitativa, acentuava as realizações de maior expressão e importância, pela qualidade dos produtos e modernidade dos processos:

*O desenvolvimento foi o objetivo que tivemos e não a simples estatística dos estabelecimentos (...). Não tratamos do número das casas ou dos estabelecimentos fabris, mas do aperfeiçoamento e progresso em todas as fases industriais.*⁶

Havia nos comentários de Bandeira Jr. uma tentativa explícita de propaganda, de divulgação e defesa daquilo e daqueles que julgava ser a expressão máxima do progresso paulista. Essa intenção encontrava sentido no contexto político da época, durante o governo Campos Salles, com

⁴ O primeiro levantamento estatístico mais ou menos completo sobre a situação da atividade industrial no Brasil seria publicado em 1909, sob iniciativa do Centro Industrial do Brasil.

⁵ BANDEIRA Jr., Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Diário Oficial, 1901, pp V-XXVIII

⁶ BANDEIRA Jr., op. Cit., p. IX.

características anti-industrialistas marcado por uma política econômica recessiva e pelo "*darwinismo financeiro*"⁷, do Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. A pretensão de Bandeira Jr. era contar

*A história da iniciativa desses colossos, que ao amanhecer, com o grito das suas possantes máquinas despertam o operário e chamam-no às oficinas, e que durante o dia envolvem o horizonte em nuvens de fumo quase impenetráveis, ficará registrada nestas páginas, para que os vindouros, conheçam e admirem a força da energia dos grandes batalhadores - da paz e do progresso no último quartel do século XIX.*⁸

Os temas clássicos do início da nova ordem industrial surgem sistematicamente na introdução do estudo de Bandeira Jr. Em primeiro lugar, ressalta a exigência de novos hábitos e ritmos de trabalho imposto pelas máquinas e pela fábrica, além da sua presença marcante e central na cidade, remodelando a vida cotidiana e a paisagem, alterada pelas "*chaminés fumegantes*".⁹ A fábrica não constituía apenas local de produção e trabalho, mas instrumento de resolução de problemas sociais, ao colocar a possibilidade de regeneração moral de um povo. Essa tarefa deveria começar pelos menores:

*É considerável o número de menores, a contar de 5 anos, que se ocupam em serviços fabris, percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mas, mais do que isso, tem esses menores a vantagem, de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam essa cidade.*¹⁰

Em segundo lugar, é nítido na obra a intenção de legitimar o papel do empresário industrial como agente do progresso e da ordem social, bem como a necessidade do seu reconhecimento por parte da sociedade e dos poderes públicos: "*O grande industrial é o agente que mais eficazmente concorre para a tranquilidade social, para o bem estar dos povos e para a riqueza pública.*"¹¹

⁷ -BELLO, José Maria. *História da República. 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976., pp. 160-171

⁸ BANDEIRA Jr., *Op. Cit.*, p.III

⁹ A organização da vida diária do trabalhador a partir dos horários e das necessidades da fábrica e a montagem de um sistema de punição para garantir seu êxito foi observada por Engels: "A escravização em que a burguesia mantém sujeito o proletariado revela-se com maior clareza no sistema fabril. Neste, cessa de direito e de fato toda a liberdade. O trabalhador tem que estar na fábrica às 5½ da manhã; se se atrasa alguns minutos, é punido; se o atrasa é de 10 minutos, sua entrada é impedida até depois do dejejum, perdendo a quarta parte do seu salário diário". (MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1982, pp.485-486).

¹⁰ BANDEIRA Jr., *Op. Cit.*, p.XIII

¹¹ BANDEIRA Jr., *Op.cit.*, p.V

Estes temas começaram a figurar no horizonte intelectual e político brasileiro na segunda metade do século XIX. Os discursos a respeito da positividade do trabalho, da função social da fábrica, dos benefícios e da inevitabilidade do progresso industrial e do valor do empresário, avolumavam-se e sistematizavam-se no final do século XIX e início do XX. Os conceitos centrais e a linguagem comumente utilizada nos debates eram emprestadas de pensadores estrangeiros como Spencer, Darwin, Comte, entre outros, embora os interesses defendidos fossem bem nacionais.

As novas idéias insinuavam-se e emergiam de maneira marcante nos debates acerca da questão da abolição, da viabilidade de uma política de imigração e a respeito da definição dos contornos da nova ordem republicana. Ministro da Fazenda no primeiro governo republicano, Rui Barbosa vislumbrava no desenvolvimento industrial a única possibilidade de reformar as bases do poder no Brasil e consolidar o novo regime, contra o exclusivismo e privilégios tradicionais dos "*posseiros do poder*". Mais do que uma questão econômica, a industrialização era para o Estado uma questão política:

*A república só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se afirmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente*¹²

Contrapunha-se às críticas à industrialização e aos industriais, feitas pelos defensores da especialização agrícola da economia brasileira. Essas diziam respeito aos perigos que a nova ordem poderia trazer para a sociedade brasileira. Joaquim Murinho, legítimo defensor do ruralismo, colocava sua crítica em vários níveis. Em primeiro lugar, a indústria estava previamente inviabilizada no Brasil porque faltava aos brasileiros capacidade de iniciativa e os hábitos de trabalho como os dos norte-americanos, por exemplo. Em segundo lugar, as novas indústrias ou não saíam do papel, ou então quando se concretizavam serviam apenas para imobilizar capital, provocar o inchaço das grandes cidades e aumentar as importações, com grave prejuízo para a agricultura, "*verdadeira fonte de riqueza nacional*". Em terceiro lugar, o inflacionismo provocado pelas exigências de emissão despertava o gosto pela especulação e pelo jogo, aviltando, por outro lado, as taxas cambiais. Por fim, mas não menos importante, a política protecionista e industrializante aumentava a intervenção e crescimento do Estado, envolvendo-se na realização de obras e prestação de serviços, "*preparando assim, o advento da maior praga das sociedades modernas - o socialismo (...)*".¹³

¹² BARBOSA, Rui. "Relatório do Ministro da Fazenda". In: *Obras Completas de Rui Barbosa*, vol.XVIII, 1891, t.II, Rio de Janeiro, 1949, vol.II, p.125.

¹³ BELLO, *Op.cit.*, pp. 162-163.

Os industrialistas esforçaram-se para rebater um a um todos esses pontos. Contra a opção pela lavoura em detrimento da indústria, chamavam a atenção para a necessidade de construir no Brasil uma nação soberana. Esforçavam-se para fundir o processo de industrialização ao projeto nacional.

Desde 1881, no manifesto da fundação da Associação Industrial, a defesa do desenvolvimento industrial estabelecia um vínculo estreito, de identidade, entre o progresso da indústria e a possibilidade de transformar a nação brasileira em nação soberana. Nos anos 20, Roberto Simonsen e outros aprofundaram a assimilação entre projeto industrial e projeto nacional. Vejamos o que dizia o Manifesto de 1881:

Com efeito, para um país exclusivamente agrícola e produtor de matérias primas, que revertem-lhe manufaturadas pelo duplo de seu valor de exportação, recebendo da indústria estrangeira todos os seus artigos de consumo, não é uma ilusão a independência política?

Não é o Brasil uma simples feitoria comercial e colonial explorada pelos traficantes europeus que com raras exceções nem se fixam em seu solo, nem se identificam com seus interesses?

*Essas preocupações hão de saltar um dia o espírito patriótico dos estadistas brasileiros. Será necessário que um bloqueio dos nossos portos patenteie a deficiência do país e que essa terrível necessidade seja a lição dolorosa da nossa escola industrial?*¹⁴

Em seguida, chamava a atenção do Estado para a importância da indústria em relação a outras questões, principalmente para o problema social: *“Nem precisamos apelar para as vantagens futuras da educação industrial, para a moralização pelo trabalho e outros altos interesses do Estado, muito superiores a qualquer incomodo presente”*. Em outro momento: *“A moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta polícia”*.¹⁵

As idéias expressas no Manifesto de 1881 e as defendidas por Rui Barbosa representavam o ideário de uma geração inteira de "industrialistas" que vinham debatendo estas questões desde a segunda metade do século XIX e início do XX, como revelam os trabalhos e discursos de Antonio Felício, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Américo Werneck, Vasco Cunha, entre outros (Luz, 1975, pp.67-72). Uma segunda geração, que surgiu a partir dos anos 1920, deu continuidade às reflexões e

¹⁴ .ASSOCIAÇÃO Industrial- *O trabalho nacional e seus Adversários*, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1981, p.22.

¹⁵ Associação Industrial, 1881, p.25

aos projetos de transformação da ordem econômica e política do Brasil e seus principais nomes foram Roberto Simonsem, Euvaldo Lodi, O. Pupo Nogueira, João Daud d'Oliveira e Carmelo D'Agostini.¹⁶

A ação desses grupos e a concretização de seus projetos, história irregular marcada por recuos, rupturas, pequenos e grandes avanços, não ocorreram sem reações e resistências dos setores ligados às atividades agrícolas, grande comércio e mesmo dos operários. A vitória da fábrica como centro do processo produtivo, definidor de um novo regime de acumulação e, em termos de ordenação econômico-social e configuração institucional-cultural, organizador de um "*modo de regulação*" coerente, exigiu um complexo de compromissos, acordos, cooperação e concessões, mas implicou também em repressão, cooptação, controle e disciplinarização. Tais elementos organizaram-se em vários níveis: na fábrica, na sociedade e no Estado.¹⁷

Desde o final do século XIX, e de maneira explícita e sistematizada nas duas primeiras décadas do século XX, a industrialização, fundamentada no sistema de fábrica, apresentou-se como proposta de reordenação econômico-social, institucional e cultural do Brasil. É preciso analisar os aspectos desse processo no que diz respeito ao tipo de organização fabril e suas alterações, assim como as novas configurações culturais exigidas, modificando as práticas empresariais e as maneiras de agir pensar e sentir dos trabalhadores.

Identificamos duas configurações do universo fabril no processo de industrialização brasileiro. A primeira denominada Fábrica Manchesteriana,¹⁸ correspondendo à fase inicial do processo, período que abrange os anos finais do século XIX até os anos 20. Entre os anos 30 e 40, fase de consolidação da indústria e de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, a nova estrutura fabril fundamenta-se nos paradigmas fordistas e tayloristas. Os tipos diferentes de organização fabril implicaram configurações históricas da relação capital/trabalho distintas e formas diversas da relação definidora dos mecanismos de apropriação do excedente. A eles correspondem também tipos diferentes de organização do poder empresarial, de uso e controle do trabalho, de modos de vida e modalidades de reprodução dos assalariados, de concorrência, de inserção no sistema internacional e das formas assumidas pelo Estado.¹⁹

¹⁶ CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo:DIFEL, 1977, pp.5-11

¹⁷ BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. Tard.port.. São Paulo: Nobel, 1990.

¹⁸ A expressão é uma referência à cidade inglesa de Manchester, um dos principais centros industriais da chamada Primeira Revolução Industrial no final do séc XVIII e início do XIX. Trata-se de um modelo de organização fabril anterior à implantação dos princípios tayloristas e fordistas, onde a base já é o trabalhador assalariado mas cujo processo de alienação ainda não teria atingido os limites que marcaram o trabalho industrial nos modelos fabris posteriores.

¹⁹ BOYER, Robert. *Op.cit.*, p. 73-79.

Retomando as colocações e as idéias industrialistas contidas no trabalho de Bandeira Jr., verificamos a presença dos elementos centrais articulados pelo discurso empresarial em diferentes etapas da industrialização brasileira: a necessidade de uma nova ética do trabalho patrocinada pela organização fabril, a função social e disciplinadora da indústria, a legitimidade da ação do empresário industrial, a importância do progresso industrial para a soberania do Estado nacional, e, por fim, o caráter natural que deve ter sua proteção e amparo por parte do poder público. Essas questões orientaram a atuação empresarial em toda primeira metade do séc. XX.

A história da disciplina fabril confundiu-se com a história das concepções de autoridade e representações patronais de fábrica. Constituiu-se nos resultados práticos da ação patronal. Concretizou-se em mecanismos diversos, desenvolvidos pelos patrões no sentido de assegurar seu poder no interior das fábricas.

Esses mecanismos e estratégias não se limitaram a ações e atitudes no chão da fábrica, mas extrapolaram seus muros, interferindo nas condições de vida dos trabalhadores fora dos locais de trabalho. Pressupunham a construção de um sistema de reprodução da força de trabalho adequado e coerente com o regime de acumulação dominante. Buscavam criar hábitos, normas, formas culturais, sentimentos sociais e até mesmo propensões psicológicas, como uma ética do trabalho, orgulho e identidade com a empresa e com o país, incentivos à iniciativa individual e busca de ascensão pelo trabalho, que tornou possível a estabilidade mínima necessária ao processo de acumulação.

Dois configurações fabris, presentes na história da indústria brasileira, realizaram o sistema de dominação e exploração do trabalho. Uma forma em processo de remodelação: a fábrica manchesteriana, constituída no final do séc.XIX, com apogeu nos anos de 1920 do séc. XX. Outra forma em processo de ordenação e consolidação: a fábrica fordista, projetada nos anos de 1930 do séc. XX, consolidando-se efetivamente no pós-guerra.

A primeira, manchesteriana, correspondia à produção de bens de consumo popular, basicamente têxtil, integrando um setor específico da economia cafeeira. Contribuiu para a reprodução da força de trabalho mobilizada nos setores chaves, rurais e urbanos, dessa economia. Criou, para si mesmo, um sistema de reprodução da força de trabalho baseado em mecanismos despóticos e paternalistas de controle e gerenciamento dos trabalhadores. Incorporou uma tecnologia disponível no mercado mundial, garantindo um grau relativo de mecanização da produção, embora a importância do uso intensivo e extensivo do fator trabalho desempenhasse um papel central na modalidade de acumulação e na própria viabilidade das empresas.

A fábrica fordista estruturou-se a partir de características diferentes. No Brasil foram incorporados, mais efetivamente, os princípios e menos os mecanismos da fábrica fordista. Os princípios da administração científica constituíram-se no cerne da política de controle e gerência do trabalho, amenizando o caráter pessoal e direto de controle, típico do capitão de indústria dos anos 20.

A adoção de métodos racionais (de uma outra racionalidade seria melhor dizer), burocráticos, técnicos e científicos acentuou-se com a expansão de setores de bens de produção e bens de consumo duráveis, notadamente no pós-guerra, quando aumentaram os investimentos em tecnologia e produção a partir da padronização dos produtos.

A produção maciça e o consumo generalizado, baseado numa economia de escala com alta produtividade e baixos preços, juntamente com o pagamentos de altos salários para garantir a estabilidade de uma demanda efetiva, não tiveram a mesma força. A indústria brasileira não incorporou as grandes massas no mercado de consumo, utilizando-a essencialmente como força de trabalho abundante e barata. Constituiu esse fator, entre outros, uma das "*vantagens comparativas*" da economia nacional, atraindo investimentos externos e garantindo a competitividade a uma produção sempre defasada e dependente em termos tecnológicos. Foram esses aspectos que levaram Caio Prado Jr. a denunciar o "*modernismo de fachada*" do processo de industrialização brasileiro. Segundo sua análise, a indústria brasileira, naquilo que apresentava de mais modernos, não ía qualitativamente além, da mesma forma que no passado, e sob certos aspectos ainda mais acentuadamente, de uma constelação de filiais ou dependências periféricas de grandes empresas internacionais, que transferem parte de suas atividades para o mercado brasileiro com o objetivo de contornarem problemas de transporte e alfandegários, além de se aproveitarem de uma mão-de-obra mais barata e menos reivindicativa. Nesse sentido, deixando de lado a "*acelerada urbanização, (...) não se assinala efetivamente no decurso da fase que presenciamos nestes últimos anos (...) nenhum sinal significativo de mudança essencial e fundamental das arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial*". As atividades e os serviços prestados pela indústria atingiam apenas setores restritos da população que aspiravam imitar a sociedade de consumo dos grandes centros capitalistas, relegando o resto da população a padrões indignos de existência.²⁰

Autocratismo privado na fábrica manchesteriana

²⁰ PRADO, Caio Jr. *História Econômica do Brasil*. 27ªed. São Paulo:Brasiliense, 1982, pp.354-355.

As primeiras fábricas surgiram em São Paulo na segunda metade do século XIX. O setor têxtil algodoeiro foi pioneiro na organização das grandes unidades fabris. Em termos conjunturais, essas empresas nasciam a partir das oportunidades criadas nos anos 70, do século passado, em virtude da crise que atingiu o setor de exportação de algodão. O retorno da produção algodoeira norte-americana, ausente do mercado durante os anos de Guerra Civil, repercutiu negativamente na produção nacional, gerando internamente, uma situação de abundância de matéria prima. Este fator, aliado a outros mais duradouros (ligados às mudanças estruturais provocadas pela economia cafeeira), criaram as condições necessárias para a organização de estabelecimentos fabris na província. Instalado inicialmente no interior, em cidades como Sorocaba, Salto, Tatuí, Itú, Jundiaí, entre outras. Posteriormente, a partir do última década do séc. XIX, passaram a concentrar-se na capital do Estado.²¹

O aspecto que mais chama a atenção sobre esses momentos iniciais diz respeito à instalação de grandes estabelecimentos fabris, sem que anteriormente houvesse uma tradição marcante de oficinas e pequenas manufaturas, baseadas em processos de produção artesanal, com baixo nível de mecanização. A produção doméstica teve e tem ainda importância, principalmente em regiões interioranas de difícil acesso, atendendo as necessidades dos consumidores de baixa renda. Não se constituíram, porém, em base de apoio para a acumulação de capital e posterior mecanização progressiva do processo produtivo, cuja etapa final seria a fábrica.

A grande fábrica e os grandes industriais tiveram suas origens nos setores cafeeiros e no grande comércio, raramente nos contingentes e nos recursos gerados na pequena produção artesanal. O fato relevante foi que as fábricas surgiram rapidamente, num curto intervalo de tempo, introduzindo na paisagem novos elementos, impondo novo ritmo à vida cotidiana e dando origem a novos personagens. Na visão daqueles que presenciaram de perto essas transformações alguns aspectos destacaram-se: a monumentalidade das fábricas, a crença na capacidade ilimitada das máquinas, a multidão dos trabalhadores urbanos, a agitação das grandes cidades, o surgimento de grandes fortunas ao lado do aprofundamento da miséria, do crescimento dos cortiços e da proliferação das doenças e epidemias.

²¹ O predomínio do uso de energia hidráulica e a preocupação, com a redução de custos de transporte e regularidade de fornecimento de matéria-prima, levou os primeiros industriais optarem pela instalação das fábricas no interior. A generalização do uso da energia elétrica e a constituição de um mercado de trabalho, além do processo de concentração e centralização do capital, permitiu sua transferência para a capital. Verificar a este respeito, CANABRAVA, Alice P. *O Desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo, s/ed.,1951; STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Trad.port. Rio de Janeiro: Campus,1979; CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL,1977.

Esses elementos compuseram um quadro, exaltado por integrantes da burguesia nascente, como o verdadeiro "*hino do progresso*".

A urbe imensa espraiava-se pelo antigo atascadeiro do Carmo, transformando num jardim, até junto ao local onde os mamelucos de João Ramalho haviam fortificado seu feudo silvestre. Centenas de chaminés se empavezavam de fumo, numa festa de bandeiras ondulantes, desfraldadas em honra da energia industrial do paulista. Onde se levantavam as tabas de Caiubi e de João Ramalho, o reduto dos arranha-céus rimava, entre as paralelas das ruas, o bizarro poema de cimento armado das grandes metrópoles modernas.

Viadutos acrobáticos davam saltos sobre as depressões do terreno, amarrando a cidade com suas articulações de aço. Parques, eternizando a primavera, engalanavam a Babel buliçosa e imensa. Nervos de fios elétricos, cruzados, emaranhados, punham o ritmo febricitante da veiculação moderna nas ruas de asfalto e de granito, onde uma população ativa, construtiva, operosa, erguia, na livre terra americana, um dos mais belos monumentos de cultura e de civilização do universo.²²

A fábrica ocupou posição de destaque no imaginário social ao concretizar as idéias de progresso e de capacidade infinita de o homem dominar a natureza. Em primeiro lugar, destacava-se sua estrutura arquitetônica. Observando fotografias de alguns estabelecimentos fabris do início do século, em São Paulo e no Rio de Janeiro, identifica-se, antes de qualquer outro aspecto, seu caráter de monumento. Havia, conscientemente, uma dimensão didática e política orientando a arquitetura grandiosa de fábricas como as das empresas de Francisco Matarazzo e de Rodolfo Crespi em São Paulo, o edifício da Fábrica Votorantim em Sorocaba, da Brasital em Salto, os edifícios da Companhia Progresso Industrial e da Fábrica de Tecidos Aliança no Rio de Janeiro, além de outras. Suas torres, altos muros e pórticos imponentes não obedeciam a qualquer racionalidade econômica, mas possuíam racionalidade política evidente. O edifício que abrigava o moinho das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em São Paulo, fundado em 1899, era exemplo deste fato. Quando Vittorio Buccelli o descreveu, chamou a atenção para sua grandiosidade:

Na vasta planície, através da qual se estende o populoso e industrial bairro do Brás, na rua Monsenhor Andrade, eleva-se um colossal edifício dominado por uma torre quadrada, como um castelo antigo, e franqueado por uma série de edifícios e três silos... A noite, como uma grande muralha, profusamente iluminada, visível de todos os pontos da capital paulista, surge grandioso, imponente.²³

²² PICCHIA, Menotti Del. *O Despertar de São Paulo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, pp. 198-199.

²³ BUCCELLI, Vittorio. *Libro D'Oro dello Stato di S.Paolo*. Roma: Fratelli Capaccine, s/d, p.120.

A realização das exposições nacionais, como as organizadas no Rio de Janeiro em 1861, 1866, 1873, 1875, 1881, 1888, 1895, 1908 e 1922, foram verdadeiras "*vitrines de progresso*" onde o capital oferecia à sociedade o espetáculo do seu poder, das suas capacidades, os benefícios do trabalho industrial e as vantagens da nova ordem.²⁴

Do ponto de vista da organização social, o impacto do surgimento das grandes fábricas, e do conseqüente dinamismo da vida econômica, não gerou hostilidades ou oposições por aqueles que tinham seus interesses estabelecidos. Os conflitos foram pontuais e insuficientes para desencadear antagonismos irreconciliáveis ou conflitos de classe. Muitos fazendeiros viam na atividade industrial uma forma de valorizar a produção de suas lavouras e um campo de investimentos e geração de lucros adicionais. Os indivíduos que se envolveram com a produção industrial não formaram um grupo homogêneo, separados e com identidade própria. Tinham sua origem social nessa mesma elite agrária ou mantinham com ela laços estreitos (como ocorreu com os industriais imigrantes que se ligaram através do casamento com muitas famílias tradicionais brasileiras como Crespi, Matarazzo, Pereira Ignácio, Scarpa, Siciliano, Weiszflogs, etc.).²⁵

Por outro lado, não havia em São Paulo e nem em outras regiões grupo de artesãos com organização suficiente para se oporem ativamente à estruturação da produção em moldes fabris, como ocorreu na Inglaterra em épocas anteriores, onde o movimento luddista foi a expressão mais radical dessa oposição.²⁶

Os trabalhadores, outro foco possível de resistência interna à montagem do sistema de fábrica, tiveram dificuldades em organizar uma oposição mais efetiva. Apenas no começo, o fornecimento de força de trabalho foi satisfeito com o recrutamento de trabalhadores nacionais, encontrados nos orfanatos, conventos e entre as populações pobres urbanas, que ofereciam resistência, mesmo que passiva, ao tipo de trabalho disciplinado e regular exigido pelo sistema de fábrica. A chegada de grandes contingentes de trabalhadores imigrantes viria poupar a burguesia industrial brasileira da difícil

²⁴ A este respeito ver HARDMAN, Francisco Foot -*Trem Fantasma, a modernidade na selva*,_São Paulo, Companhia das letras, 1988; TURAZZI, Maria Inez. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro:COPPE; São Paulo:Marco Zero,1989.

²⁵ Ver a esse respeito DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*.2 ed.,trad.port.. São Paulo: DIFEL,1971., pp.81 e seguintes.

²⁶ Vf. HOBBSBAWM, Eric."Os destruidores de máquinas", *Os Trabalhadores*,_Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 15-31

tarefa de quebrar as resistências e disciplinar adequadamente os trabalhadores nacionais. O processo de desenraizamento envolvido na imigração e a experiência da expropriação econômica daqueles que se deslocavam da Europa para a América teriam contribuído para que, em termos culturais, o trabalhador estrangeiro estivesse mais disposto a se submeter aos rigores e disciplin[ina] do trabalho na ordem capitalista.²⁷

A explicação mais comum sobre a não existência de uma etapa artesanal e manufatureira anterior na indústria têxtil e a implantação, desde seus primórdios, de grandes unidades fabris, procura enfatizar dois aspectos centrais: o problema tecnológico e o problema da autosuficiência das fábricas na obtenção de alguns fatores essenciais para a produção. Quanto ao primeiro aspecto, fala-se muito em "*rigidez tecnológica*" do ramo, o que significa que a exigência de grandes e complexos maquinismos e os altos dispêndios necessários para sua aquisição criaram, de início, sérios empecilhos à entrada de pequenos estabelecimentos na produção têxtil algodoeira. O segundo aspecto fica claro na questão do fornecimento da energia necessária para o funcionamento das máquinas, sendo que, no período anterior à instalação das primeiras empresas fornecedoras de energia elétrica, que ocorreu nos anos iniciais do século XX, a geração de energia constituía-se em mais um encargo a ser assumido pelo proprietário da fábrica, implicando grandes investimentos e constituindo-se em obstáculo à instalação e desenvolvimento de pequenos produtores.²⁸

Essa interpretação explícita apenas parcialmente os motivos determinantes do surgimento das fábricas no Brasil. Reduz sua instalação a uma consequência de imposições de natureza essencialmente técnica, obscurecendo o caráter político presente na opção dos primeiros "*Capitães de Indústria*". O caráter político da introdução de inovações tecnológicas pode ser constatado desde o início da

²⁷ Os fatores explicativos da preferência do braço estrangeiro em detrimento do nacional na província paulista, a partir de meados do sec. XIX, não são consensuais na historiografia. As explicações variam entre apontar características psicológicas, culturais e raciais que comprovam a incapacidade ou falta de vontade do elemento nacional participar dos circuitos da economia exportadora, ou a análise das circunstâncias históricas, fora de controle dos indivíduos envolvidos, na criação de barreiras à sua participação na economia cafeeira. Ver a respeito, entre outros, KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Paula Beiguelman- *A formação o povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1968; Antonio Cândido- *Os parceiros do Rio Bonito*. 2ªed. São Paulo: Duas Cidades, 1971; Joaquim Nabuco- *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes/Instituto Nacional do Livro, 1977; Para um comentário crítico sobre essas interpretações ver Peter L. Eisenberg- "O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX. Sugestões para uma pesquisa". In: *Homens Esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989, pp.223-244.

²⁸ Verificar principalmente Wilson Cano - *Op. cit.*

Revolução Industrial na Inglaterra, como enfatizado pela historiografia.²⁹ A maior subordinação do trabalho ao capital tornava-se, aos poucos, de acordo com o acirramento dos conflitos com os trabalhadores, um dado fundamental no "*cálculo racional*" da produção. Isso fazia da fábrica e do sistema de máquinas, então a base de produção capitalista, um mecanismo essencial no aumento da produtividade e do excedente expropriado e na garantia da manutenção do controle do processo de trabalho pelo proprietário da fábrica.

Nesse sentido, as máquinas e os modelos de organização fabril e gestão empresarial, importados pelos industriais brasileiros, traziam implícitos os conflitos sociais e disputas de poder presentes nos países de origem. A experiência acumulada pela burguesia industrial européia, no que diz respeito ao controle do agente de trabalho, materializava-se nos equipamentos e nos métodos de organização e direção industrial, preparando, previamente, os industriais brasileiros para os embates da nova ordem.

Os primeiros empresários industriais optaram pela organização fabril não apenas porque a "*rigidez tecnológica*" fechava as possibilidades de opção a outras alternativas, mas também porque esta "*tecnologia*" constituía-se em padrão tecnológico que oferecia aos proprietários garantias de que o poder interno dos seus estabelecimentos não escaparia de suas mãos. Para uma burguesia industrial nascente, de origem e cultura marcada pelas tradições senhoriais, habituadas, até então, ao trato com o trabalhador escravo, a máquina e o contramestre surgiram como substitutos eficientes para o açoite e o feitor. A capacidade de controle e de disciplinarização dos corpos, proporcionada pela fábrica, não passou despercebida pelos industriais brasileiros. A concepção da fábrica, enquanto espaço de ressocialização e incorporação do trabalhador no *ethos* do industrialismo, está presente em vários registros. Toda uma geração de industrialistas, reunidos em torno da Associação Industrial, fundada em 1880 no Rio de Janeiro, reivindicava seu reconhecimento pelo Estado em função desse poder de regeneração social atribuído ao trabalho industrial. Alertavam esses industriais: "*Suprimi o trabalho e tereis a revolução*", recomendando ainda "*Povoi as fábricas e oficinas e despovoarei as prisões*" recomendavam.³⁰

Em 1901, em São Paulo, propunha-se que:

²⁹ Ver MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Sec. XVIII. Estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Ed.UNESP/Ed.HUCITEC, 1994.

³⁰ Vf. ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL - *O trabalho Nacional e seus Adversários*, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1881; Maria Alice Rezende de Carvalho - *Cidade e Fábrica, a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira*, Tese de mestrado. Campinas, UNICAMP, 1983.

Em vez de colônias correccionais, que imprimem desde logo ao menor o estigma de vicioso e indisciplinado, e das jurisdição orfanológica que o coloca como criado de servir; posição que o habitua a humildade e ao servilismo, tirando-lhe a energia, a vontade e a opinião, melhor fora entregá-lo mediante certas condições recíprocas de garantia, aos proprietários de estabelecimentos fabris, compensando-os de um modo fácil e prático: conferindo-lhes o Ministério da Agricultura, diplomas de benemerência por certo e determinado número de menores, preparados e classificados operários no fim de cada ano.³¹

Tal crença adquiriu contornos mais definidos e revelou-se arma de luta no período subsequente à Primeira Guerra e nos anos 20 e 30, por ocasião da tentativa do Estado de implementar as primeiras leis trabalhistas.

O Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo destacou-se na defesa dos interesses e pontos de vista dos industriais diante das pressões operárias por uma legislação social e suas ressonâncias no poder Legislativo. Mais do que isso, o Centro foi fundamental na coordenação das ações patronais no sentido de promover uma verdadeira "asepsia" política no interior dos estabelecimentos fabris, identificando, isolando e eliminando os focos de disseminação do "vírus" da anarquia, e restaurando, em seguida, a saúde das partes sujeitas a contaminação. Uma representação orgânica da fábrica e das demais instituições sociais, ao gosto das idéias de Hebert Spencer e do darwinismo social em voga no início do século no Brasil,³² conferia sentido e legitimidade ao comportamento empresarial. Em 1917, discutindo as consequências que poderiam causar o novo código de menores para a organização do trabalho nas fábricas paulistas, o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem descreveu o funcionamento da fábrica e a relação operário-máquina, ao mesmo tempo que revelava uma representação específica sobre o universo fabril.

No geral das indústrias existe completa interdependência entre as diferentes seções em trabalho.

Tudo está calculado do simples para o complexo. Uma seção vai servindo a outra, de modo que a matéria prima bruta vai aos poucos sofrendo transformações sucessivas até que ultimem todas as operações. Qualquer parada em uma seção repercute na seção que se lhe segue ou na que a precede, formando assim o organismo fabril um todo único.

Não é possível, é mesmo absolutamente impossível trabalhar-se em qualquer seção com parte do pessoal durante 6 horas e com o restante durante 8 horas.

³¹ BANDEIRA, Jr. *Op.cit.*, pp.XIV

³² Ver a esse respeito GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da Modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp.241-260.

*Não é mister ser técnico para compreender esta impossibilidade, pois que a interdependência entre o trabalho das diferentes seções existe também para os operadores entre si. Cesse a labuta de uma parte dos operadores de uma determinada seção e pouco depois cessará a labuta dos restantes operadores, pois tudo foi calculado para o trabalho em conjunto e a fusão entre operários e máquinas é estreitíssima.*³³

Fica claro nessa descrição alguns aspectos marcantes do sistema de fábrica, como a centralidade dos processos mecânicos na organização da produção, a articulação "orgânica" das suas várias etapas, a combinação de ritmos, a uniformidade do fluxo do material e principalmente a inserção subordinada do operário em um conjunto que fugia de seu controle e da sua vontade. Esta realidade, por sua vez, aparecia como resultado de uma imposição, de uma condicionalidade, que não era humana, que independia da vontade do próprio empresário, mas advinha de acontecimentos de natureza puramente técnica.

Não é necessário retomarmos a análise da realidade oculta sob o discurso da neutralidade tecnológica. Basta constatar que o poder e a autoridade empresarial sobre os trabalhadores consolidaram-se na exata medida do desenvolvimento tecnológico na fábrica e foram contemporâneos do próprio desenvolvimento técnico.

A defesa da neutralidade técnica e da organização fabril pelos industriais fundia-se com a idéia da inevitabilidade do progresso industrial. Mas, sobretudo, conferia ao empresário a aparência necessária de uma função socialmente útil e justa. Ele era o sujeito capaz de redimir a sociedade do seu atraso e da sua miséria. Defendia uma concepção de mundo dinâmica e representava a possibilidade do Brasil sair da dependência e das dificuldades que uma economia basicamente assentada na lavoura lhe impunha. Com o desenvolvimento da indústria, afirmava em 1901 Bandeira Jr., "*as dificuldades desaparecerão e, em futuro não remoto, estaremos desassombrados*".³⁴

O decreto n. 17.496, de 30 de outubro de 1926, que estabelecia o direito de férias aos trabalhadores urbanos, desencadeou uma série de protestos do grupo empresarial paulista. No memorial enviado ao Conselho Nacional do Trabalho, contendo os principais argumentos dos representantes empresariais contra a viabilidade de tal lei, surgia reforçada a idéia da organização fabril como forma de produção e estruturação da vida econômica totalmente segura para seus proprietários. A fábrica propiciava a difusão de específica pedagogia disciplinar que difundia no seio da massa operária

³³ CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil... Op.cit.*, pp.412-413.

³⁴ BANDEIRA, Jr. *Op.cit.*.

rebelde, permitia que a dominação patronal fosse mediada por um aparato técnico aparentemente neutro e garantia, ainda, alta rentabilidade para os capitais investidos. Entre os vários argumentos levantados contra a lei de férias, alguns pontos destacavam-se.

Primeiro, a idéia de que o proletariado nacional caracterizava-se por ser ocasional e profissionalmente instável: "... *`chauffeur' no dia de hoje, será açougueiro no de amanhã e em seguida dono de botequim ou vendeiro. Da venda passará a exercer trabalho de camarada ou entrará como operário em uma fábrica ou em uma obra pública*". Em função disso, era encarado como "*pouco dextro*", não possuindo "*amor ao seu ofício*", trabalhando com "*vagares e não conhece aquela febre de trabalho que leva o trabalhador dextro a produzir com a intensidade das máquinas*". Não havia, portanto, necessidade de um descanso periódico para o "*revigoramento do seu organismo*".³⁵

Em segundo lugar, o trabalho industrial e o ambiente fabril atuavam no sentido de exercer uma influência positiva sobre o operário, mantendo seu "*equilíbrio moral*", reprimindo os "*instintos subalternos que dormem em todo ser humano*", impedindo a "*floração de vícios*" e preservando de "*perigosas ideologias*" cérebros que a "*ignorância*" tornava permeáveis. "*Quem pensa com acerto sabe que o trabalho vale pela salvação da raça - moral, física e socialmente*".³⁶

O terceiro ponto importante estava no modo como encaravam o espaço público. A rua era a anti-fábrica, o lugar da "*dissolução do caráter do trabalhador*". O que faria, perguntavam, durante as férias uma classe que não possuía o "*culto do lar*", e para quem "*o lar é um acampamento - sem conforto e sem doçura?*". O mesmo autor ressaltava:

*A rua provoca com frequência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta.*³⁷

O medo da rua, enquanto espaço livre, refletia o temor da burguesia industrial paulista diante da possibilidade de aprendizagem política da classe operária, em espaços fora de seu controle. A insegurança era gerada pela falta e dificuldade de atuação patronal sobre o tempo livre dos trabalhadores e sobre seus espaços de vivência (bairros operários, bares, etc.). Neles, nem mesmo o Estado, através de seu aparato policial, conseguia penetrar. Era preciso que a lei atuasse no sentido de

³⁵ NOGUEIRA, O. Pupo. *A Indústria em Face das Leis do Trabalho*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, s/d., pp.64.

³⁶ Idem, *ibidem*, p.64-65.

³⁷ Idem, *ibidem*, pp.70.

restringir, e não ampliar, a importância desse tempo e desse espaço. Daí, segundo os industriais, o contrasenso de uma lei que não só garantia, como também remunerava, as férias. Aos poucos, as iniciativas patronais investiram contra a estabilidade dessas "*ilhas de liberdade*" da vida operária. As associações e Clubes esportivos, os torneios, jogos, festas, comemorações e os mais variados eventos recreativos, todos eles organizados pelas direções das fábricas, revelavam-se mecanismos voltados para a regulamentação da vida e do lazer operário, assim como tentativas de estender as regras e a racionalidade disciplinadora para os espaços fora dos locais de trabalho.

Todos os raciocínios e imagens presentes no Memorial, enviado ao CNT e redigido por Otávio Pupo Nogueira, faziam da fábrica e da rua espaços incompatíveis e excludentes, como se duas alternativas estivessem colocadas diante de uma classe frágil e imatura para escolher, de uma classe, portanto, carente de tutela sadia e cristã que só o industrial responsável e benevolente poderia oferecer. Do lado do "*bem*", estavam a fábrica, a escola, o lar, a vida regrada, sadia e útil. Do outro lado, do lado "*mal*", estavam as ruas, os cortiços, os botequins, a vida boêmia, a vadiagem, os vícios e as "*perigosas ideologias*".

A partir dessa visão de mundo maniqueísta, esboçava-se um projeto de reintegração do trabalhador, pois o que estava em jogo não era apenas a obtenção de sua força física bruta, produtiva, mas a tentativa de forjar uma nova identidade, uma nova consciência e visão de mundo. Buscava-se educá-lo dentro de uma ética positiva do trabalho e do culto sadio do lar e da família, como já ocorria, segundo os industriais, com os empregados de escritório, setor para o qual o direito de férias e a ausência prolongada do trabalho não atuavam no sentido de alterar sua "*contextura moral*".

O quarto ponto importante, a ser destacado no documento dos empresários paulistas, está na maneira como viam o movimento operário e nas sugestões quanto aos melhores métodos de combatê-lo. O surgimento da luta de classes em São Paulo era atribuído a dois fatores. A interferência do Estado, nas relações entre patrões e trabalhadores, era apontada como geradora do caos social, algo até então desconhecido nesse "tranquilo remanso" que era São Paulo.³⁸

Por outro lado, concebia-se a luta de classes como fruto da vinda, para o Brasil, de determinados grupos de imigrantes:

³⁸ "surgiu aquele caos social ... e a luta de classes, que não conhecíamos e que nem ao menos se pronunciava, teve seu início neste tranquilo remanso que era o nosso Estado, início cuja violência estava na razão direta do incitamento à desordem feito por detentores ocasionais do poder público"(grifo nosso). Idem. *ibidem*, pp.35.

No trabalho nacional, principalmente no trabalho manufatureiro nota-se a infiltração lenta mas contínua de elementos que dantes não conhecíamos e que inspiram repulsa instintiva.

Como agirão estes sóbrios elementos no organismo proletário do nosso País?

Agirão por certo como têm agido em outras potências industriais e contaminarão o nosso velho e cândido operariado com o vírus maléfico de ideologias que se divorciam da razão, da moral, do direito e da justiça".³⁹

Essas considerações demonstravam compreensão limitada acerca da natureza do movimento operário: como obra de grupos estrangeiros e minoritários que procuravam, por todos os meios disponíveis e orientados por "*ideologias nocivas*", magnetizar essa massa difusa e heterogênea, esse "*organismo frágil*" e facilmente impressionável, que era o operariado brasileiro. O sucesso dos militantes operários decorria, na visão das associações empresariais, da presença, no Estado, de "*teóricos impenitentes que não conhecem a nossa vida fabril*" e que acenavam com privilégios e concessões que a massa operária, segundo eles, por si mesma jamais cogitaria reivindicar.

Considerando a relação entre a ação dos agentes sociais, suas visões de mundo e representações da realidade, podemos compreender porque, durante a Primeira República, e mesmo depois dela, a questão social e a questão do movimento operário foi encarada e tratada como um "*caso de polícia*". É de grande importância, para entendermos a ação política dos empresários, levar em conta a força das concepções que estabeleciam analogias entre o organismo humano e a organização social. O modo como Aldo Mario Azevedo formulou esta questão, nas páginas da revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1932, sintetizava a maneira como os industriais brasileiros representavam a ordem social:

No corpo humano, não se dá o caso do estômago ou fígado querer funcionar como cérebro, ou pés quererem substituir os olhos ou ouvidos... Se isso se desse, seria uma anarquia completa. Entretanto, no organismo social esse absurdo é tentado de várias formas e as chamadas lutas de classe não são mais do que uma luta de órgãos que pretendem dirigir o organismo, isto é, fígado e estômagos que pretendem ser cérebros, de vez em quando (...)⁴⁰.

Nesse sentido, qualquer conflito, que colocasse em risco a harmonia orgânica e natural desta estrutura, era concebido como fruto da ação de "*agitadores profissionais*", elemento exterior, "*vírus maléfico*", sustentado por "*ideologias alienígenas*", visando debilitar o organismo nacional. Cabia,

³⁹ Idem, *ibidem*, pp.51.

⁴⁰ AZEVEDO, Aldo M. -"Organizar", *Revista do Idort*, São Paulo, n.3, março de 1932, pp,7.

pois, ao Estado coordenar uma "*intervenção cirúrgica*", através do aparelho repressivo, no sentido de restaurar e sanear o organismo doente, recuperar sua harmonia natural e garantir a instauração de uma "*paz social*" duradoura.

Para esses empresários, as resistências, as greves, a criação dos sindicatos e a organização política dos trabalhadores assentavam-se não nas contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista, mas na perseverança de um grupo de indivíduos. Caso fossem eliminados, os conflitos cessariam de existir. Isso decorria de uma visão simplificada da natureza do movimento operário, como desajuste passageiro e de fácil solução e que poderia obter sucesso ou não no sentido de contagiar a massa operária. Dependiam, nesse caso, da maior ou menor eficácia da ação empresarial ou estatal, através da implementação de políticas sociais, visando estabelecer um "*cordão sanitário*" em torno da classe, isolando-a dos "*maus elementos*" e do "*vírus*" da rebeldia.

Os argumentos e as imagens empregadas pelos industriais, as representações que construíram acerca da classe operária e dos vários elementos presentes na sua vida cotidiana, a ação seletiva, organizada, calculada, ora filantrópica, ora repressiva, visavam, em algumas circunstâncias, atingir toda a classe e, em outras, apenas grupos específicos. Colocava-se no centro da disputa do mercado ideológico um corpo mais fluido do que a simples força física, puramente animal, do trabalhador. O que se pretendia cativa era sua vontade, seus desejos, seus hábitos..., em suma, sua subjetividade, sua alma.

O trabalho de "*restauração*" do trabalhador nacional foi arduamente levado adiante pelas classes empresariais, zelosas da sua "*função social*". Era esse esforço que as leis trabalhistas vinham colocar em risco. Tanto a lei que instituía o direito de férias, como as que reduziam a jornada de trabalho para oito horas diárias e a regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres, prolongavam a ausência dos trabalhadores dos locais de trabalho e afastando-os do olhar vigilante e da tutela dos patrões, abandonando-os às "*tentações*" da vida urbana.

A tentativa de inscrever a fábrica no universo das relações pessoais e amistosas, típicas do ambiente familiar, apenas precariamente saiu da sua condição do projeto. O paternalismo propagandeado por alguns grandes industriais, como Jorge Street, Matarazzo, Pereira Ignácio, entre outros, a existência em suas fábricas de Vilas Operárias, assistência médica e social, creches, escolas, etc., não se generalizaram para o conjunto das indústrias. Por uma série de aspectos, analisando as descrições sinistras das condições de trabalho nas fábricas paulistas, na primeira metade do século XX, constatamos a realidade dura e amarga da exploração do trabalho, não havendo nada que lembrasse,

sequer remotamente, o ambiente asséptico e acolhedor do lar, como pregavam então os industriais. Descrições realizadas sobretudo pela imprensa operária, mas também por órgãos estatais como era o caso do Departamento Estadual do Trabalho, que elaborou boletins sobre as condições de trabalho na indústria têxtil paulista nos anos 10.

Em 1907, um operário comentava, a respeito do ambiente de trabalho em "stabilimento di tessitura":

Aqui, na tecelagem, o barulho é verdadeiramente ensurdecador e o conjunto dos diferentes ruídos assemelha-se quase ao som de uma grande queda de água... Um pó denso, anti-higiênico, voa por toda a sala, tolhe a respiração, atrapalha a visão... Também os operários inalam poeira, o que os predispõem a moléstias pulmonares... Assim que se entra, um mau cheiro de ambiente fechado e de ácido evaporados nos adverte logo que as condições higiênicas deste local deixam muito a desejar... Na sala não há ventiladores suficientes para a respiração de ar viciado e as clarabóias sempre fechadas impedem qualquer corrente de ar puro. Acontece que no fim da jornada de trabalho, especialmente no verão, o suor de centenas de trabalhadores se misturam com o fedor dos lubrificantes das máquinas, os ácidos e tantos mais odores se formam no ar pesado, malsão, insuportável.⁴¹

As propostas dos industriais, entretanto, cumpriam função importante enquanto visão de mundo, compartilhada com os outros membros da classe. Fundamentavam sua identidade, determinavam a natureza dos inimigos, estabeleciam os interesse mais importantes e consensuais, e orientavam sua atuação política conjunta. Algumas fábricas, no entanto, seguiram o modelo idealizado, implementando políticas sociais e melhorando as condições de trabalho. Assim ocorreu com a fábrica "Mariangela", com o "Cotonifício Rodolfo Crespi", com a "Santista", "Ipiranga" e mais algumas. Elas não inauguraram um novo padrão de exploração do trabalho no Brasil, mais racional e sutil. Permaneceram como modelos ou exemplos do industrial responsável, sem consequências profundas na forma típica de acumulação de capital, baseada na exploração extensiva e intensiva do trabalho.

Pode-se argumentar não serem esses seus objetivos, mas sim sustentar as argumentações das entidades patronais contra a intervenção estatal nos locais de trabalho, onde o proprietário detinha o poder de decisão de maneira absoluta. Essa postura, marcada pelo autocratismo privado, tinha outras fontes de legitimação. Muitos industriais pensavam a questão social a partir do que pregava a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII: uma questão de interesse e responsabilidade exclusiva das

⁴¹ "Attraverso uno stabilimento di tessitura", *Avanti*, 24,25 e 28 de maio de 1907.

fábricas e que deveria ser resolvida entre os patrões e seus operários; uma questão que dependia da consciência cristã dos industriais sem que fosse necessária a interferência do Estado.

A idéia de que a fábrica e o trabalho industrial constituíam-se num meio eficaz de recuperar os indivíduos para o convívio social sadio e harmônico e que, portanto, não era apenas um local de trabalho, mas também um segundo lar e uma segunda família para o trabalhador, um lugar onde ele poderia encontrar amparo e proteção, não concretizou-se de maneira sistemática e permanente. Na realidade, significou para a burguesia industrial em formação uma reserva moral fundamental nos momentos de maior crise, de aprofundamento dos conflitos industriais e do protesto operário.

Muitas empresas elaboravam programas assistencialistas, promoviam festas, distribuíam bonificações, apenas em determinados períodos considerados críticos, em alguns momentos como resposta ao acirramento das lutas operárias. Assim ocorreu nos anos 20, antecipando-se ao surgimento dos conflitos, como nos anos durante e após a segunda Guerra Mundial, quando diversas fábricas paulistas ampliaram a oferta de benefícios sociais, prevendo a onda de protestos, latentes depois de anos de intensa exploração do trabalho, coincidindo com o fim de um regime político altamente repressivo.⁴²

Apesar das fases de "abrandamento" do circuito da exploração, na perspectiva da classe operária a fábrica não deixou de ser o espaço da violência, da fadiga, do sofrimento, da ausência da liberdade, da não-cidadania; não deixou de personificar, em todas suas dimensões, a anti-rua.

A compreensão do significado do modelo fabril de organização do trabalho levou os operários a forjarem modos específicos de resistência. Quando a situação revelou-se com maior evidência (e os conflitos que marcaram o final dos anos 10, em São Paulo, constituíram-se num momento importante na tomada de consciência dos industriais), a crença no poder de controle das forças puramente econômicas, no poder de dominação "neutra" da técnica, das formas de organização racional do trabalho e modos de dominação senhorial, começaram a sofrer os primeiros abalos mais sérios. Somente a organização fabril, as iniciativas assistencialistas e os métodos autoritários não se revelaram suficientes para "depurar" o "*organismo obreiro dos maus elementos que o corroem como pústulas*

42

Vf. MARANHÃO, Ricardo - *Sindicatos e Democratização (Brasil 1945-1950)*, São Paulo: Brasilense, 1979.

malignas"⁴³. Os conflitos dos anos 10 e 20 revelavam outra dimensão do universo fabril: não era mais o espaço da plena dominação do capital, mas campo possível de luta.

Os conflitos entre capital e trabalho assumiram sua configuração clássica na greve, na ação sindical e na ação partidária, ou seja, formas de conflito que ocorreram em espaços fora dos locais de trabalho, fora da fábrica. A própria etimologia da palavra "greve" remete para espaços exteriores ao local de trabalho, significa, originalmente, ausentar-se da fábrica para se reunir na "Place de Grève".⁴⁴ Havia um conjunto de lutas "espontâneas", de pequenas resistências, que embora não colocassem em risco a estrutura do capital, chamavam a atenção para o fato de não ser mecânico o movimento que começava na compra da força de trabalho e terminava no trabalho efetivamente realizado. Essas lutas inscreveram a fábrica no campo do conflito e da indefinição, fazendo com que a vontade do proprietário dependesse de mediações para materializar-se. Esse era o espaço da dominação mas também da resistência. Tornava-se, antes de tudo, um local de aprendizagem política do trabalhador e local onde experiencializavam coletivamente condições comuns de exploração, onde construíam sua identidade, onde, para usar uma expressão cara a E.P.Thompson, faziam-se classe.⁴⁵

Esse processo de auto-construção da classe operária ocorreu a partir da definição da identidade coletiva dos seus interesses próprios, e isto se deu quando experiências comuns foram compartilhadas e interpretadas em termos políticos e culturais comuns. Esse processo, muitas vezes, materializava-se nas chamadas "pequenas lutas" que tinham lugar no chão da fábrica, contra a disciplina rígida imposta pelos regulamentos fabris, contra a violência dos mestres, contra a fadiga provocada pelas longas jornadas de trabalho, etc. Essas lutas constituíram uma prática política que expressavam a vivência cotidiana comum dos trabalhadores e propunham a interpretação da sua própria dominação. Nessa dimensão, podia-se apreender a classe em seu processo de formação e em toda a sua heterogeneidade, dada a divisão técnica do trabalho, a divisão sexual e etária, as distintas formas de organização e

⁴³ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 17/10/1923. (citado por Maria Alice R. Ribeiro - *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista*. São Paulo: HUCITEC/Ed.UNICAMP,1988, pp.86.

⁴⁴ Praia de rio parisiense onde se reuniam operários desempregados ou em luta contra seus patrões. Ver Jean-René Tréantom-"Os conflitos do trabalho", in: George Friedmann e Pierre Naville- *Tratado de Sociologia do Trabalho*, vol.II, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1973. pp.228-240.

⁴⁵ Vf. THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa* (vol.I). Trad.port. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp.9-14 .

disciplinarização, o caráter regional dos empreendimentos industriais, etc.⁴⁶ A fábrica tendia a politizar-se e transformar-se num campo de luta por melhores salários, maior democratização das relações de trabalho e participação no planejamento da produção; tendia transformar-se em espaço do exercício da cidadania operária, regulado por uma legislação própria que lhe tiraria o caráter de "*laboratório secreto da produção*" e campo de ação exclusiva do capitalista.

Contra essa politização do espaço fabril, os industriais paulistas rebelaram-se. Para eles, a interferência espúria do Estado no mundo da produção inaugurava, em São Paulo, o surgimento da luta de classe, ameaçando sua autoridade naquele que era considerado, no pleno sentido da expressão, seu "*negócio privado*".

*"Hoje, são as férias operárias impostas ao patrão por força de uma lei; amanhã será a participação nos lucros (e isto já foi ventilado no seio do parlamento brasileiro) e depois, novas etapas que, todas elas visarão a conquista de favores materiais e morais para o proletariado em detrimento do patronado".*⁴⁷

A reação do patronado, contra essa tendência ameaçadora, encontrou sua forma mais acabada na atuação do Centro das Industrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), nos anos 20. O objetivo era a erradicação das "*pústulas malignas*" que infestavam o "*organismo obreiro*" nacional. Com essa intenção, o CIFTSP iniciou um trabalho minucioso de identificação, classificação e fichamento de todos os operários empregados nas indústrias têxteis paulistas. Para a conclusão da tarefa, contou com a colaboração de todas as empresas associadas ao Centro. Realizada a primeira etapa de fichamento, o passo seguinte foi verificar, no Gabinete de Investigações de Polícia, as atividades criminais ou políticas dos operários fichados. Nenhum operário seria contratado pelas fábricas paulistas sem antes ter sua ficha aprovada pelo CIFT e ficar comprovado que seu nome não fazia parte da "*lista negra*" dos indesejáveis.

A leitura das Circulares e das resoluções tomadas pelo CIFT, durante os anos 20, revelam que sua ligação com o aparelho policial do Estado ultrapassava a simples troca de informações, atuando conjuntamente na repressão do movimento operário. Em Circular de 28 de abril de 1921, a diretoria do Centro sugeria que "*com o auxílio do Gabinete de Investigação de Polícia, poderá expurgar o operariado de certos elementos indesejáveis, que no meio operam, por vezes, como fermentos de*

⁴⁶ PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros". In: *Comunicação*, n.7, Museu Nacional, UFRJ, 1982, pp.24-25.

⁴⁷ NOGUEIRA, Otávio Pupo. *Op. cit.*, pp.61.

indisciplina".⁴⁸ A lista dos serviços prestados a indústria pelo aparato policial do Estado de São Paulo era bastante longa, como mostram essas circulares: repressão aos movimentos grevistas, destruição de sedes, de associações e de equipamentos da imprensa operária; prisão preventiva das lideranças nos momentos de crise iminente.⁴⁹

Os mecanismos de subordinação do trabalho

Os ganhos reais, obtidos a partir dos conflitos que brotavam no chão da fábrica, revelaram-se, na maioria das vezes, precários e descontínuos. Apontavam uma tendência clara no sentido de maior politização e publicização do espaço fabril, mas não chegaram ao ponto de representar ameaça vital ao poder do capital. No caso da interferência estatal, tão criticada pelos industriais, o objetivo não era colocar obstáculos ao padrão de acumulação estabelecido, mas introduzir áreas de abrandamento e formas ideológicas de controle social em benefício da preservação do esquema montado. Pretendia-se assentar a exploração do trabalho em bases mais racionais e, portanto, mais eficientes do que os obtidos com o recurso da repressão ostensiva. De qualquer maneira, os conflitos que ocorreram dentro e fora das fábricas paulistas, assim como o novo direito que fundaram, apenas superficialmente alteraram o padrão de exploração do trabalho e acumulação de capital típicos do desenvolvimento industrial brasileiro. Esse padrão foi forjado nas décadas iniciais do século XX e nos anos 30 e 40 conheceu sua fase de maturidade, representando um elemento de continuidade entre a fábrica manchesteriana e sua configuração posterior nos moldes fordistas. Suas características centrais podem ser resumidas nas seguintes proposições:

1. Amparo, ora direto, ora indireto, do Estado à burguesia industrial.⁵⁰
2. Exploração extensiva e intensiva do trabalho.⁵¹

⁴⁸ CIFTSP, *Circular*, São Paulo, 28 de Abril de 1921.

⁴⁹ Vf. Francisco Foot Hardman e V.Leonardi-"Burguesia Industrial e proletariado", *História da Indústria e do Trabalho no Brasil... Op.cit.*, pp. 205- 216; Maria Alice Rosa Ribeiro-*Condições de Trabalho na Indústria Têxtil...Op. cit.* pp. 66-100.

⁵⁰ No início do séc. XIX, a indústria já era considerada um "*dom gratuito*" do Estado. Nasceu sob este estigma e tirou dele grandes benefícios. A imagem pública do industrial sofreu as consequências desta situação, pois, durante certo período o industrial paulista, foi considerado um parasita, um indivíduo que sobrevivia apenas em função dos favores do Estado. O "*conceito*" sobre o industrial paulista nos anos 30, comentava Pupo Nogueira, era o de "*um indivíduo cozido de malícia, saturado de ganância, divorciado das regras de bem viver, cuja única preocupação era auferir lucros pingues usando e abusando de meios que a moral repele*" (Otávio Pupo Nogueira - *Op.cit.*, pp.36).

3. Crescimento industrial alicerçado, sobretudo, na incorporação crescente de volume de trabalho e secundariamente na incorporação de inovações tecnológicas e racionalização do processo produtivo⁵².

4. Criação e manutenção de um abundante exército industrial de reserva.⁵³

5. Predominância do padrão familiar nos métodos de direção empresarial e organização fabril.

Se a Fábrica, como procuramos demonstrar, revelou-se poderoso mecanismo, não só da realização ampliada do lucro, mas de controle e disciplinarização dos contingentes subjugados, é preciso verificar o modo como essas possibilidades da organização fabril concretizaram-se. Como o exercício da dominação adaptou-se e reformulou-se no enfrentamento cotidiano com a resistência operária.

Dominação e resistência constituíram dois polos de uma relação dinâmica que se refazia no dia a dia do trabalho fabril. Para o proprietário da fábrica interessava, essencialmente, trabalhadores disciplinados, ordeiros, economicamente produtivos e politicamente passivos; trabalhadores que se conformavam com as "*regras do jogo*", por entenderem serem estas impostas por um mecanismo morto, mecânico e neutro.

Essa possibilidade, oferecida pelo Sistema de Fábrica, apenas temporariamente realizou-se de maneira integral, de uma maneira absoluta e implacável. Os trabalhadores, de forma aberta ou velada, resistiram ao processo que se revelava uma tentativa de desumanização.

Em termos econômicos, a fábrica apresentou três dimensões em que o controle sobre a força de trabalho se realizou: inicialmente na determinação das condições gerais de trabalho como, por exemplo, a organização espacial da fábrica, as condições ambientais, a jornada de trabalho, as formas de pagamento, os acidentes e as doenças profissionais, etc.; em seguida, na definição do conteúdo do trabalho, envolvendo questões como da especialização, o grau de mecanização do processo de trabalho

⁵¹ Combinava-se o prolongamento da jornada de trabalho, até limites extenuantes, com a intensificação dos ritmos das máquinas, além da implantação de regulamentos autoritários punindo faltas, conversas, atrasos e defeitos na produção. Empregavam, de maneira generalizada, o trabalho infantil feminino, já que constituíam mão-de-obra mais barata e menos reivindicativa.

⁵² A consequência direta deste fato era a existência de máquinas desgastadas, equipamentos ultrapassados e organização fabril precária, onde a produção dependia essencialmente das rígidas regras de disciplina, vigilância arbitrária e da habilidade dos trabalhadores. Vflucio Kowarick-*Capitalismo e marginalidade na América Latina...* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵³ Num primeiro momento, mantido a partir dos incentivos dados à imigração de trabalhadores estrangeiros. Num segundo momento, mantido a partir do movimento de migrações internas.

e da maior ou menor participação do saber operário na execução das tarefas, os ritmos impostos pelas máquinas, além de outras questões; e finalmente, o controle realizou-se em função dos métodos de gestão adotados, que implicou formas assumidas pelo exercício da autoridade patronal expresso nas mais diversas normas de trabalho, nos códigos disciplinares, nos sistemas de transmissão de ordens e na organização hierárquica da empresa.

Tais formas de controle inscreveram-se nas leis da produção capitalista e cumpriram sua função, ocultadas pela aparente objetividade científica. Entretanto, a constatação da sua ineficiência em manter a "normalidade" da produção, em reduzir os trabalhadores a uma situação de total passividade, deu origem a uma série de políticas gerenciais de recursos humanos supostamente voltadas para a valorização e reconhecimento do trabalhador, mas objetivando realmente obter, por meios consensuais, aquilo que a coerção explícita e implícita do capital não conseguiu, isto é, a adesão "voluntária" do operário aos interesses específicos das empresas, bem como ao conjunto de valores e visão de mundo adequados à legitimação da Sociedade Industrial.⁵⁴

No Brasil, o processo de industrialização e conseqüente aprofundamento da subordinação do trabalho ao capital, ocorreu precariamente fundamentado nas formas de sujeição econômicas. As potencialidades de dominação liberadas pela inovação tecnológica e pela racionalização do processo produtivo, não foram metodicamente aproveitadas por um modelo de desenvolvimento industrial, alicerçado na incorporação crescente e na exploração extensiva e intensiva da força de trabalho. Nesse sentido, as várias estratégias de captação do consenso, materializadas nas políticas de valorização do "fator humano" da produção fabril, empregadas nos países de industrialização avançada, como forma complementar de controle, assumiram, nas indústrias brasileiras, a forma de políticas assistencialistas e de amparo ao trabalhador miserabilizado. Reforçaram o velho estilo patriarcal de sujeição do agente de trabalho. Criados visando complementar o controle proporcionado pelas forças econômicas, transformaram-se em forma racional de exploração do trabalho nas fábricas brasileira.

Algumas mais, outras menos, quase todas grandes fábricas de São Paulo desenvolveram algum tipo de política social. De um modo geral, todas seguiram modelo comum em termos de serviços oferecidos e em relação à forma como estes benefícios foram apresentados. Em 1926, a Organização dos Estados Americanos (Pan American Union), publicou relatório a respeito das obras sociais de uma

⁵⁴ Vf. Luiz Werneck Viana - "Fábrica e Sistema Político", *A Classe Operária e Abertura política. Petropolis/RJ: Vozes, 1994.* pp.29-51; Maria I.Turazzi-*A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem..._Op.cit.*, pp.20

importante fábrica têxtil paulista. Chamava a atenção, inicialmente, para estrutura sólida do edifício da fábrica e para a modernidade de seus equipamentos. Descreveu, em seguida, a preocupação dos proprietários com a criação de um ambiente agradável e seguro de trabalho: a instalação de ventiladores nas salas de trabalho que "*impedem os empregados de inalar partículas de algodão e de poeira*", a limpeza e lubrificação sempre com as máquinas paradas para evitar acidentes, a construção de uma Vila Operária onde os aluguéis eram cobrados a um preço abaixo do que realmente valiam, a construção de um conjunto arquitetônico unindo local de trabalho com local de moradia e lazer, formando um conjunto harmonioso e acolhedor, aparentando uma "*pequena cidade*" do interior. Apontava ainda a existência de assistência médica, "*duas grandes creches*", horário de amamentação, farmácia, hospital infantil, enfermeiras, jardim de infância, escola para crianças com mais idade, armazém de cooperativa e um teatro com "*capacidade de 9.000 lugares*". Concluía, afirmando que "*todos os serviços fornecidos pela direção a seus empregados são gratuitos, e essa atitude protetora em relação aos operários que se nota nessa fábrica é comum a todas as empresas industriais existentes no Estado de São Paulo*".⁵⁵

Outras fábricas, neste mesmo período, além de oferecer estes mesmos serviços sociais, ofereciam também o serviço religioso. Procurava-se, explicitamente, imprimir no ambiente e no trabalho fabril uma ética do sacrifício e uma disciplina monástica. Era o caso do Cotonifício Scarpa em São Paulo, nos mesmos edifícios onde funcionara anteriormente a Fábrica Maria Zélia de Jorge Street. Sobre a Vila Operária, uma publicação da própria empresa declarava:

*Esta é composta, por enquanto, de quase 200 casas, edificadas com todas as prescrições higiênicas e cedidas aos operários ao preço módico de.... E assim a Companhia torna desde já os seus operários co-participantes dos seus lucros... . Assim os operários são amparados pela providência dos patrões que correm pressurosos ao seu encontro e ainda lhes dão para os seus filhos.*⁵⁶

Tanto a existência da Vila operária, como de creche, do jardim de infância, do grupo escolar, de médicos, etc., eram apresentados como distribuição de dividendos, participação nos lucros, lucros

⁵⁵ Monthly labor Review, p.169, vol.XXII, março 1926, in: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall - PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil-1889/1930*, Documentos São Paulo: Brasiliense, 1981., pp.213-214.

⁵⁶ Sociedade Anônima Scarpa, Lembranças do Cotonifício Scarpa e da sua Organização Social na Vila Scarpa, s.d., encontrado também em Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall. *Op.cit.*, p.214-219.

materiais. Havia também os serviços que permitiam ganhos de outra natureza, benefícios espirituais, lucros morais. Toda Organização Social da empresa estava nas mãos do "Reverendíssimo Capelão", nomeado pelo Arcebispo Metropolitano, e assessorado pelas "Irmãs da Imaculada Conceição". Todos eram mantidos às custas da fábrica. Além disso, havia a Capela onde eram realizados a comunhão dos operários, comemorado os dias dos santos, batismos e as confissões. A existência de um capelão na fábrica, incluindo seus anexos como a Vila Operária, a creche, a escola, etc. imprimia um caráter religioso em todas as atividades cotidianas dos operários e de suas famílias. Uma atenção especial era dada às crianças, que desde o jardim de infância recebiam lições plenas de obediência e conformismo. Pelo menos uma vez por semana as crianças do Jardim da Infância vinham à capela rezar e entoar "*hinos sacros a Maria Santíssima e a São José. Em seguida o capelão dirigia-lhes a palavra, ensinando a doutrina cristã por meio de quadros e histórias. Estas crianças de idade de 4 a 7 anos recebem lições de catecismo, dadas pelas irmãs nas classes. Há uma vez por ano a consagração das crianças à Virgem Santíssima, o que constitui cerimônia tocante*".⁵⁷

As crianças com mais idade e cursando o Grupo Escolar sofriam a ação direta do capelão. Recebiam instrução religiosa uma vez por semana durante as aulas, além dos domingos e dias santificados. Duas vezes por ano era realizada a 1ª comunhão, com uma média de 60 crianças por vez. Para os adolescentes, foi fundada a União de Moços Católicos com uma média de 70 integrantes. Possuíam biblioteca com "*200 e poucos volumes de leituras amenas, sala de jogos lícitos; bilhar, ping-pong, xadrez, etc. e uma sala de conferências, corpo cênico...*" A União festejava também as datas pátrias como o 13 de maio, 7 de setembro, 12 de outubro e 15 de novembro. Além disso, fundaram uma associação dos escoteiros católicos e "*organizaram uma liga a favor da moralidade e defendem desassombadamente a fé, quando ludibriada*". Constituía um corpo bélico cujo inimigo não era diretamente mencionado, mas não é difícil de imaginar que sua "*cruzada*" voltava-se contra a "*heresia*" anarquista e o "*vírus*" da rebeldia que inoculava no "*organismo frágil*" da classe operária.

O Reverendíssimo Sr. Capelão como meio de perseverança às crianças que fazem a primeira comunhão, fundou a "Cruzada Eucarística" com ótimo resultado.

É um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, etc., nos corações das crianças que Nosso Senhor tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente, os meninos, de hoje serão os honestos operários de amanhã.

*Os cruzados têm seu belo estandarte e fazem a comunhão frequentemente, e diversos, cotidianamente, se aproximam da mesa eucarística.*⁵⁸

Aprofundando o clima da religiosidade que cercava vários aspectos da vida operária, a mobilização do operário adulto nos locais de trabalho e a garantia de sua dedicação às tarefas realizadas na fábrica eram obtidas através da tentativa de conformar a família operária a partir do modelo da "Sagrada Família": "O operário, principalmente o lar obreiro, precisa de um exemplo eficaz de virtude e de trabalho. Nenhum mais apropriado do que o oferecido pela "Sagrada Família - Jesus, Maria, José". Esse o exemplo perfeito de resignação e conformismo diante da "vontade da Providência, na dor e na alegria", que inspirou 80 operários de "boa vontade" a formarem o batalhão da Liga Católica. A descrição da vida e das atividades religiosas, no Cotonifício Scarpa, terminava com a seguinte conclusão: "É salutar bálsamo a religião, sobretudo para a classe sofredora, que se sente feliz junto aos operários de Nazaré-Jesus, Maria, José".⁵⁹

Além dos "escoteiros católicos", dos "cruzados da fé" e do "batalhão da Liga Católica", visando complementar o trabalho voluntário para fazer funcionar a Organização Social da fábrica, "trinta e três virgens formaram logo a falange branca de Maria Imaculada". O emprego de termos específicos da atividade militar não era gratuito, revelava que as iniciativas patronais objetivando resolver a "questão social", não passavam por concessões às reivindicações operárias ou pela democratização das relações fabris, mas passava pela construção de uma nova identidade para a classe operária, isolando-a física e culturalmente da ação das ideologias contrárias ao mundo organizado pelos e para os patrões.

Apenas a religião seria, entretanto, insuficiente para vencer a "batalha" contra o inimigo de classe, também o lazer deveria ser organizado de forma "sadia e honesta", de modo a não desfazer a obra realizada pelos ensinamentos religiosos. Com esse objetivo, a Organização Social do Cotonifício Scarpa formava bandas de música, promovia festas religiosas e cívicas, espetáculos teatrais com corpo cênico da própria fábrica, sustentava clubes e times de futebol, além de incentivar excursões, passeios, etc.

As iniciativas filantrópicas, presentes em muitas fábricas paulistas, durante a década de 20, expressavam uma reação patronal à crescente politização da questão social e estruturação do

⁵⁸ Idem, ibidem, pp.217.

⁵⁹ Idem, ibidem, pp.217.

movimento operário em sindicatos e partidos independentes. Tais estratégias tiveram, entretanto, duração mais longa dado o caráter predominantemente familiar da gestão empresarial no Brasil.

Considerações Finais

Assim como no processo europeu e americano de industrialização,⁶⁰ o grau de especialização das empresas capitalistas apresentavam-se inicialmente baixo, ou seja, muitas vezes cumpriam funções típicas do mundo familiar e do Estado, no que diz respeito a proteção, interferência no processo de organização familiar e reprodução da força de trabalho, a partir da criação de vilas operárias ligadas aos estabelecimento fabril, associação de proteção e amparo, bem como órgãos assistencialistas, de lazer, etc. Isso também no processo brasileiro foi uma realidade, como podemos verificar acima, mas principalmente para o segmento mais qualificado dos trabalhadores. Arrighi particularmente enfatiza este ponto quando se propõe explicar os condicionantes das revoluções tecnológicas e organizacionais que marcaram as etapas de desenvolvimento da industrialização capitalista nos países da chamada zona central. Afirma que tais avanços constituíram-se em respostas às dificuldades encontradas pelo sistema de empresas, no processo de acumulação capitalista, em expandir seu controle sobre os chamados insumos primários, entre eles a mão de obra.⁶¹

Parece-nos que esse problema foi menos intenso no caso brasileiro, a ponto de não interferir e definir a natureza e os direcionamentos do processo brasileiro. A situação de larga oferta de força de trabalho, que caracterizou a industrialização brasileira, imigrantes europeus num primeiro momentos, e elementos nacionais de diferentes regiões depois, possibilitou a montagem de um sistema de exploração mais extensiva que intensiva do trabalho. O quadro institucional no qual a industrialização brasileira se processou nunca permitiu de maneira enfática uma autosuficiência dos “domicílios“, para usarmos a terminologia de Arrighi. Nessas condições, a capacidade de resistência teve que buscar outras vias, mais informais. É nesse ambiente que as formas mais autocráticas, tradicionalmente mobilizadas no controle dos trabalhadores, em diferentes contextos históricos da trajetória da sociedade brasileira encontrou condições de se reproduzir e aperfeiçoar. Teríamos aqui mais uma demonstração

⁶⁰ Ver BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho noséculo XX*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987; ARRIGHI, Giovanni. “Costume e inovação: ondas longas e estágio do desenvolvimento capitalista”. In: *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1997, pp.19-52.

⁶¹ Ver Arrighi (citado), páginas 31 e seguintes.

daquilo que já se denominou o “poder do atraso” como traço distintivo do processo histórico brasileiro.⁶²

⁶² MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.